

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica



Relatório 2019-2020





TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL

Presidente

Des. Paschoal Carmello Leandro

Vice-Presidente

Des. Carlos Eduardo Contar

Corregedor-Geral de Justiça

Des. Sérgio Fernandes Martins

**Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de
Violência Doméstica e Familiar**

Coordenadora Juíza Helena Alice Machado Coelho

Elaboração de conteúdo:

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de
Violência Doméstica e Familiar

Sandra Regina Monteiro Salles

Colaboração levantamento de dados:

Rodrigo Kenji Miyasaki de Souza e Adaiane Ferreira

Diagramação, revisão e impressão:

Secretaria de Comunicação

Anderson Pironcelli

Diego Espíndola

Mariana Sarian

O que é o Programa Dialogando Igualdades?

Corresponde a grupos reflexivos voltados para homens que respondem processos ou foram condenados por práticas de violência doméstica, encaminhados por determinação judicial. Trata-se de um grupo de responsabilização, por meio de atividades grupais de caráter reflexivo e psicoeducativo.

Os grupos são abertos, com reuniões semanais de 2 horas de duração, com no máximo 16 homens por reunião. Cada participante deve completar o ciclo de 16 encontros. A coordenação do grupo é realizada em dupla mista (1 homem e 1 mulher). Ao final dos 16 encontros é realizada breve avaliação com os participantes, com a aplicação de questionários socioeconômicos, escalas e inventário para verificar a percepção dos temas trabalhados pelos mesmos. Também é feito o levantamento da reincidência processual e reuniões de acompanhamento pontuais com ex-integrantes do grupo.

Atualmente, o programa funciona em Campo Grande/MS, sob a responsabilidade da equipe multiprofissional da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica do TJMS. Também há termos de cooperação para a expansão do Dialogando Igualdades em Campo Grande e no interior do Estado, com a capacitação dos seguintes parceiros:

Locais em funcionamento

1. A Agepen (Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário do Mato Grosso do Sul) que iniciou grupo reflexivo com os homens monitorados por tornozeleira eletrônica em Campo Grande/MS, com o projeto “Um olhar além da vítima”.

2. UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul), em Paranaíba

3. AEMS (Faculdades Integradas de Três Lagoas), em Três Lagoas

4. Município de Nova Andradina, com o projeto “Homens em Movimento”.

Também está em andamento, o termo de cooperação com o Ministério Público Estadual e os municípios de Batayporã e Alcinópolis.

Levantamento de Dados

Período: Dez 2017 a Dez 2019

O Programa “Dialogando Igualdades” completou 2 anos de funcionamento no dia 27/11/2019, com três grupos em funcionamento, todas as segundas, terças e quintas-feiras, sendo que o terceiro grupo foi instalado a partir do segundo semestre de 2018.

Nesse período, foram encaminhados ao grupo 337 homens, sendo que, desses, 114 concluíram a carga horária estabelecida.

Na Tabela 1 (Adesão) verificam-se os números de homens encaminhados, concluídos e ausentes nos dois anos de funcionamento do programa.

Tabela 1- Adesão

Homens	1° ano	%	2° ano	%	Variação % (1° / 2° ano)
Concluídos	40	23 %	74	36 %	85 %
Ativos	39	23 %	37	18 %	-5 %
Não iniciaram o grupo	62	36 %	35	17%	-44 %
Abandonados	28	16 %	50	25%	79 %
Desligados motivos diversos ¹	4	2 %	7	3%	75 %
Total de encaminhados	173	100 %	203	100%	17 %

Analisando a Tabela 1, observa-se na Variação de % referente aos dois anos, houve aumento no número de participantes encaminhados ao grupo (17%), assim como aumento significativo de participantes que concluíram a carga horária do grupo reflexivo (85%). Dos ausentes, nota-se queda importante do número de participantes que não iniciaram o grupo (- 44%), isto é, mais homens adentraram ao programa. Contudo, houve aumento de participantes que abandonaram os encontros (79 %).

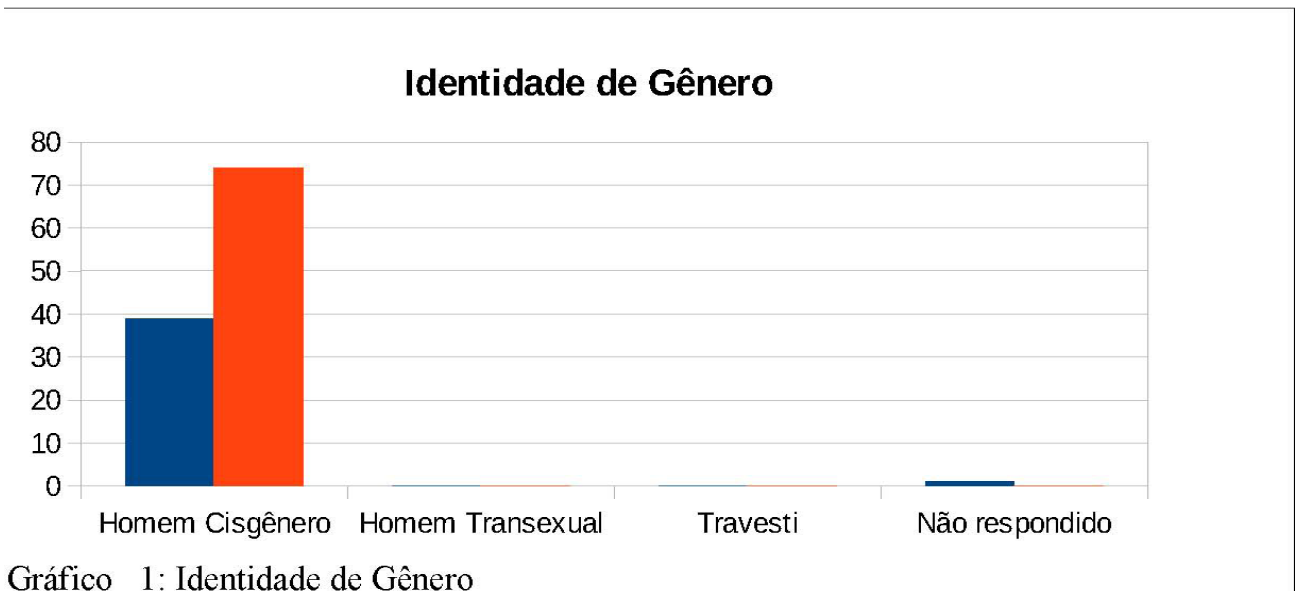
Assim, tivemos aumento de encaminhados e concluintes e mais participantes que iniciaram o programa. Já o aumento do abandono torna-se um dado importante para se avaliar futuramente as possíveis causas (desinteresse, revogação de medidas protetivas, prisão por descumprimento de medidas, dificuldade de deslocamento ou logística quanto aos horários dos encontros, entre outros).

1- Compreende encaminhados que mudaram de cidade ou tiveram a determinação para participar do grupo revogada.

Dados sociais e econômicos

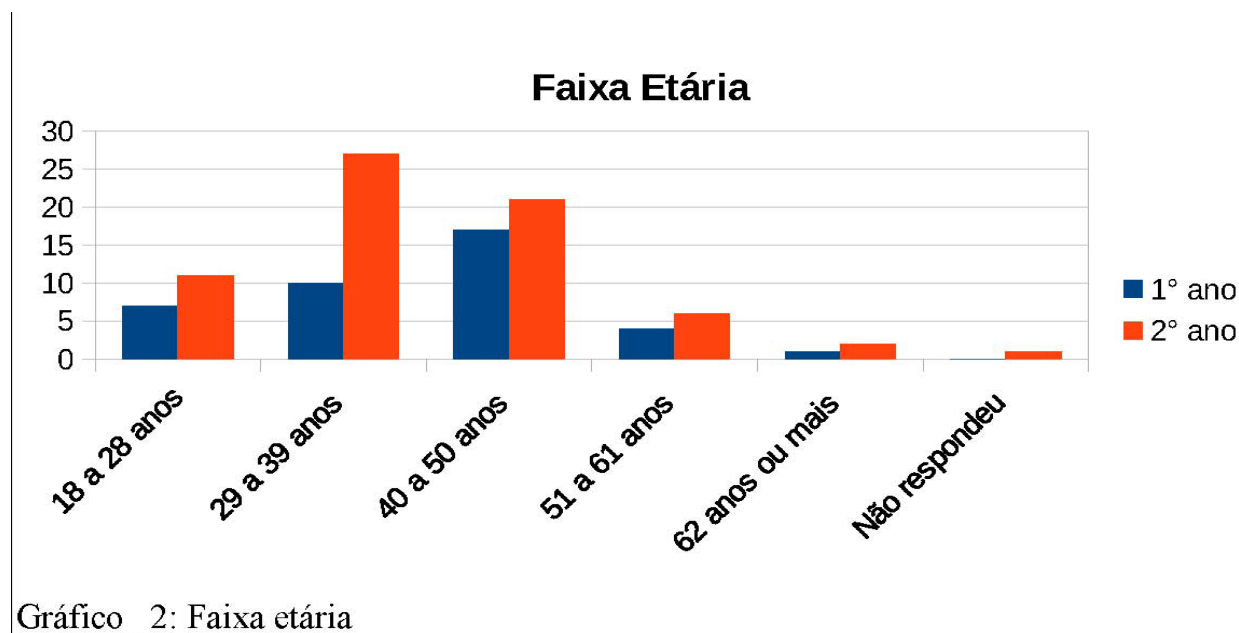
Foram levantadas informações sobre a identidade de gênero, faixa etária dos participantes, características étnico-raciais, religião, escolaridade, renda, estado civil, se possuem filhos e convivem com os mesmos.

Na Identidade de Gênero (Gráfico 1), houve a predominância de homem cisgênero (113) nos dois anos do programa, sendo que apenas 1 participante não respondeu o quesito.



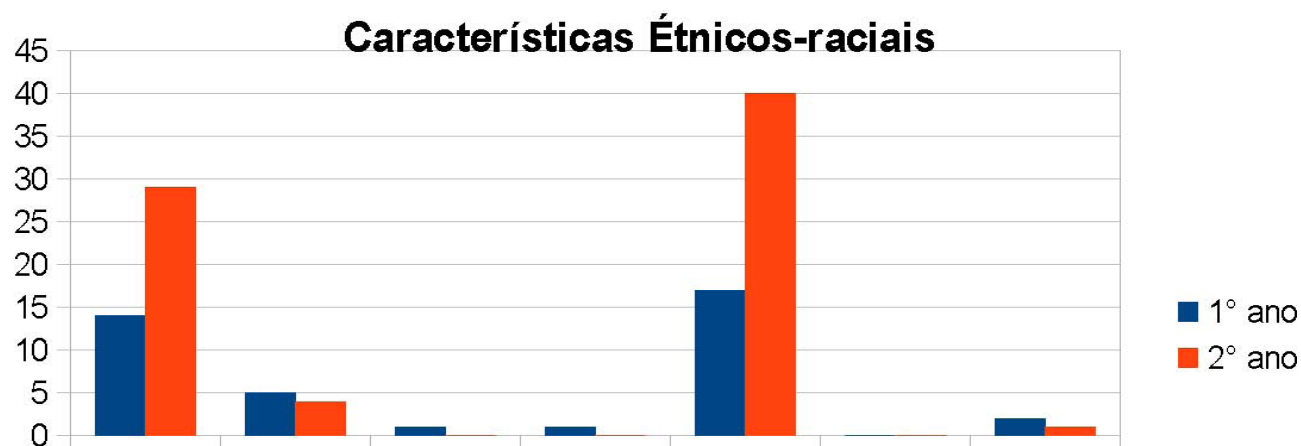
No Gráfico 2 considerou-se o intervalo de dez anos para cada Faixa Etária. No primeiro ano, a faixa etária com maior número de participante foi entre 40 a 50 anos (17 homens). Já no segundo ano, houve a predominância da faixa etária de 29 a 39 anos (27 homens).

No Gráfico 2, considerou-se o intervalo de dez anos para cada Faixa Etária. No primeiro ano, a faixa etária com maior número de participante foi entre 40 a 50 anos (17 homens). Já no segundo ano, houve a predominância da faixa etária de 29 a 39 anos (27 homens).



Em relação às Características Étnico-raciais (Gráfico 3), nos dois anos, houve a prevalência de homens que se auto declararam pardos (57), seguido de branco (43), preto (9), amarelo (1) e indígena (1).

Observou-se maior dificuldade em encontrar referências sobre o recorte de cor/raça em pesquisas voltadas para os agressores de violência doméstica. As discussões encontradas estão mais voltadas às mulheres vítimas e às especificidades desses públicos.



Quanto à Religião (Gráfico 4) destacou-se que 90 homens afirmaram seguir as religiões cristãs (Evangélica e Católica), 5 Espíritas, 3 Umbanda, 2 Candomblé, 1 Judaísmo, 13 homens responderam não ter religião e 3 abstiveram-se de responder.

Sabe-se que o papel do homem e da mulher são fortemente influenciados pela visão cristã do mundo, como apontado pelos autores abaixo:

Nas diferentes igrejas que compõem o cenário religioso nacional, as mulheres são, sobretudo, servidoras e subordinadas, tendo pouco acesso às esferas de decisão. A ideia de que essa é a “vontade de Deus” leva à naturalização da violência e dificulta a resistência e a denúncia. (Jarschel & Nanjari, 2008, p. 1)

Esses dados são importantes para compreender como tais crenças são apresentadas pelos participantes. A visão do papel da mulher submissa, muitas vezes ainda reforçado por crenças religiosas, constitui um desafio a ser trabalhado nos grupos reflexivos.

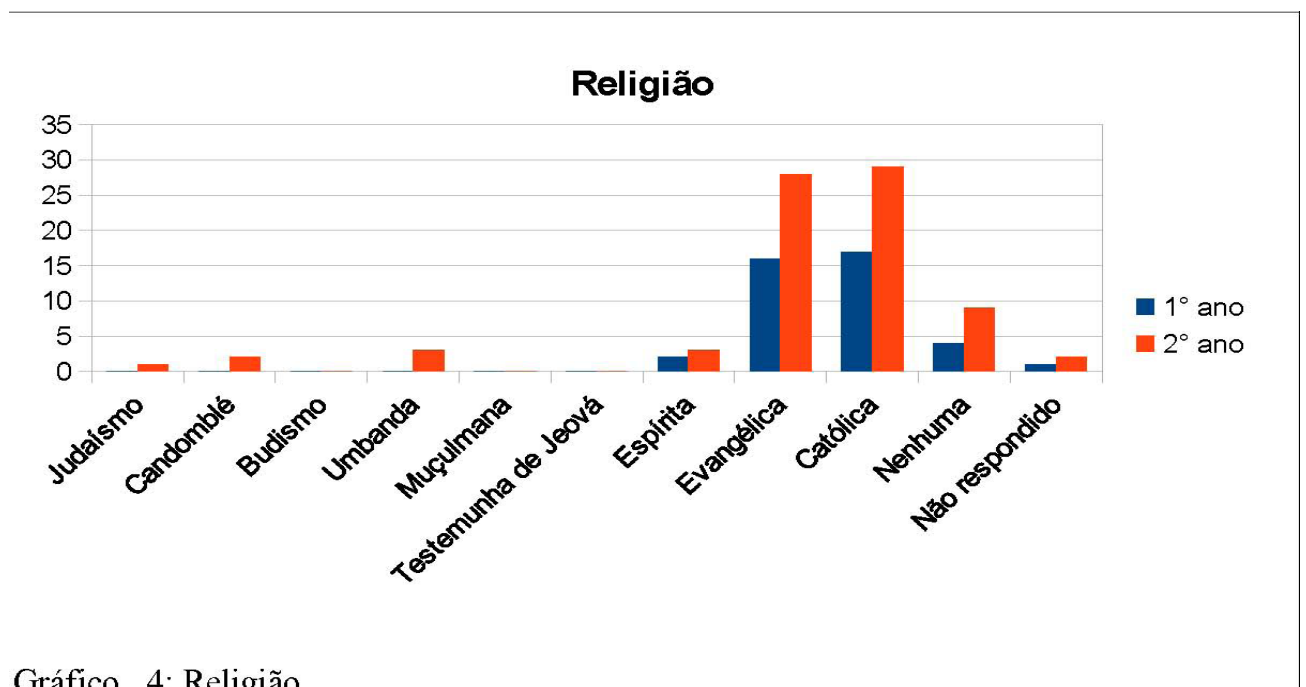


Gráfico 4: Religião

Em relação à Escolaridade (Gráfico 5), houve o predomínio do ensino médio, entre completo e incompleto, totalizando 55, seguido do ensino fundamental completo e incompleto (33), técnico profissionalizante completo e incompleto (10), graduação completa e incompleta (9). Novos dados que surgiram no segundo ano, foram a presença de participantes com pós-graduação, totalizando 3, assim como não alfabetizado (2). Apenas 1 participante não respondeu o quesito e 1 apresentou respostas divergentes.

De forma geral, os participantes do Dialogando Igualdade não apresentaram escolaridade elevada, predominando os de nível médio e fundamental. Tal dado também pode ser correlacionado com as informações sobre a renda dos participantes, apresentada posteriormente.

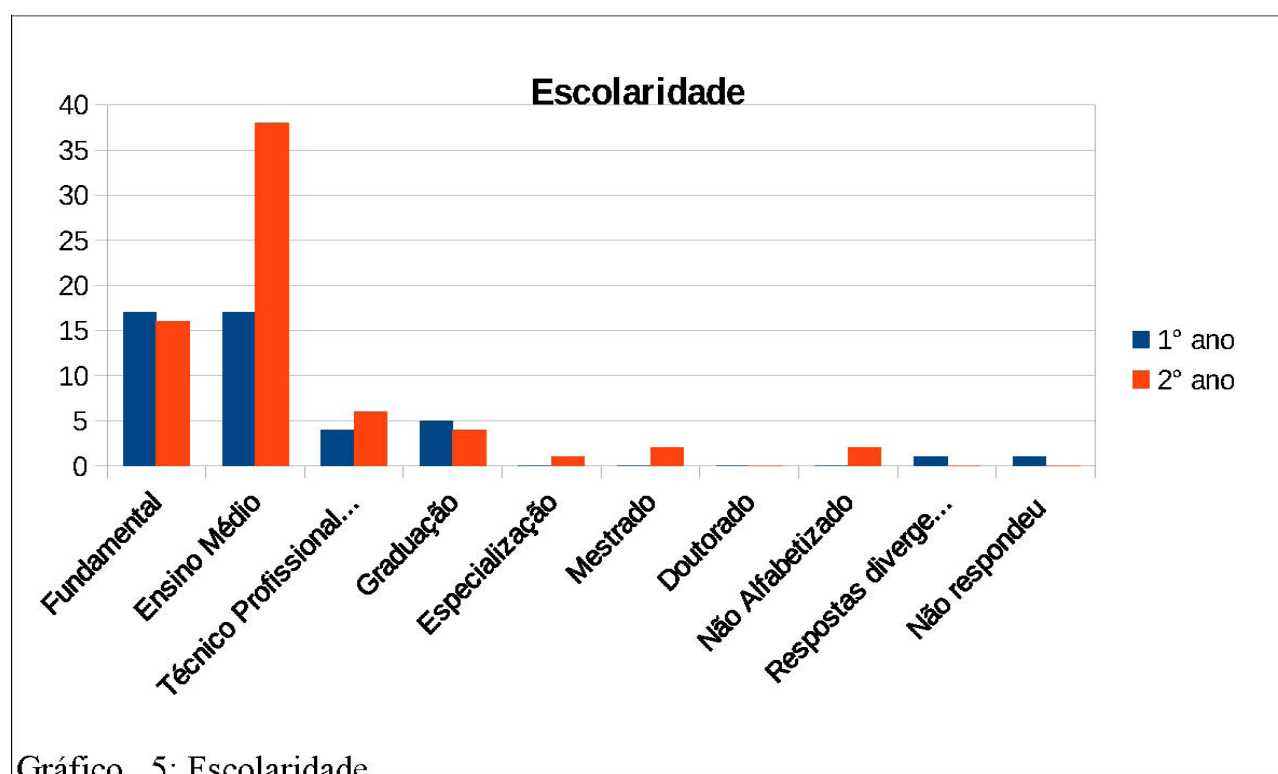
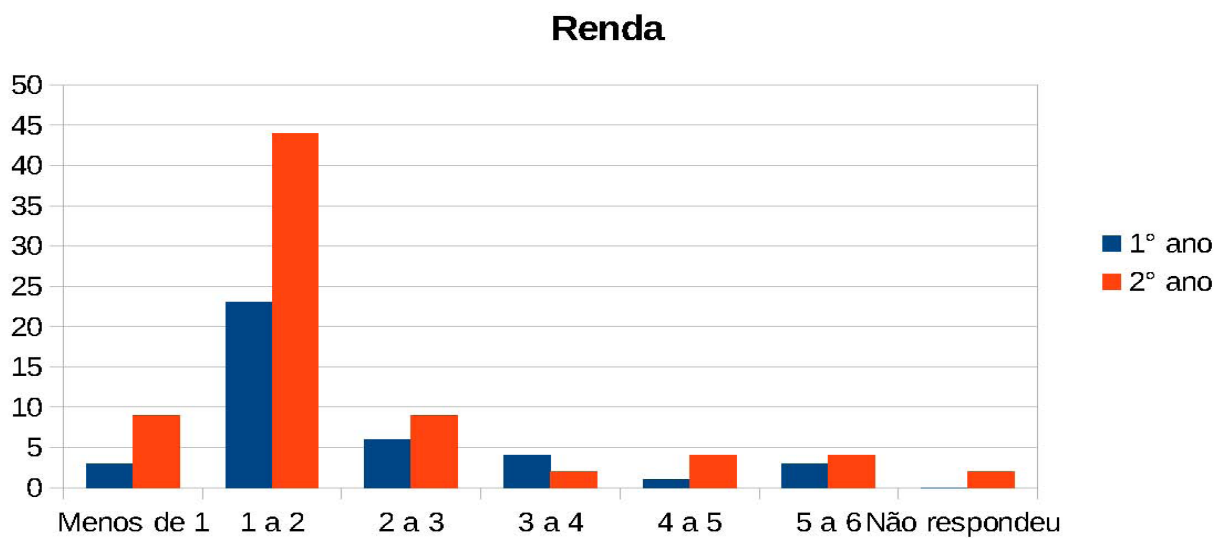


Gráfico 5: Escolaridade

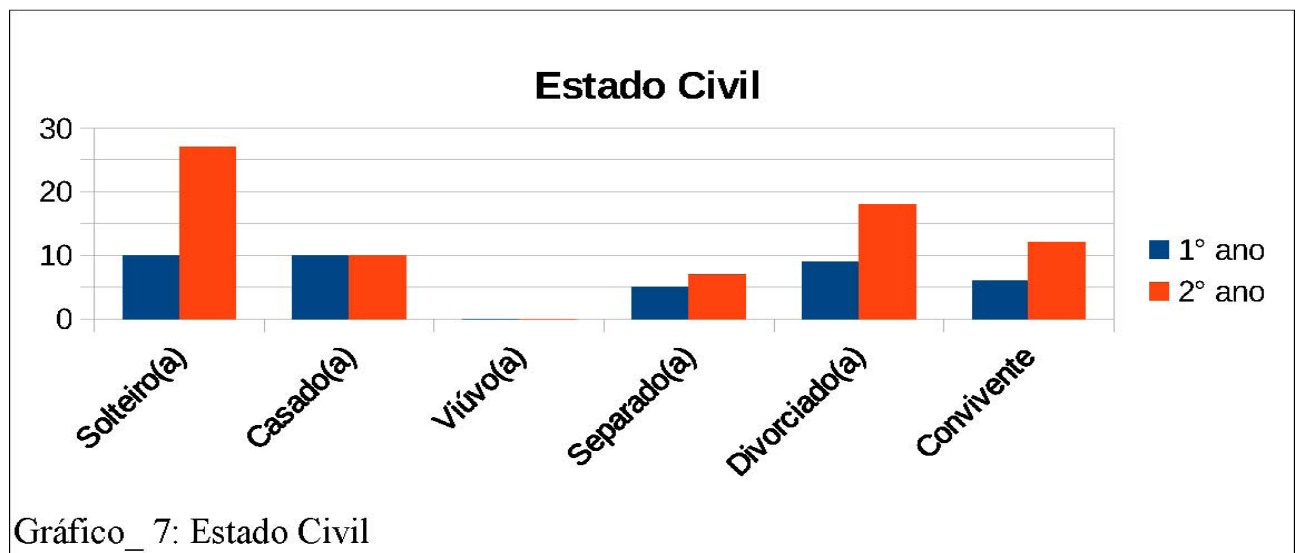
No Gráfico 6 destacou-se a Renda dos participantes, sendo que no total, 67 homens recebiam de 1 a 2 salários-mínimos, seguidos de 15 homens, de 2 a 3 salários-mínimos; 12 homens recebem menos de 1 salário-mínimo, 7 homens de 5 a 6 salários-mínimos; 6 homens de 3 a 4 salários-mínimos; 5 homens de 4 a 5 salários-mínimos; e 2 não responderam.

No comparativo entre os dois anos, a baixa remuneração salarial ainda se apresentou elevada, com a predominância de homens que recebem de 1 a 2 salários-mínimos, assim como aumento do número de homens que recebem menos de 1 salário-mínimo. Também houve aumento de participantes com renda mais alta, contudo ainda tímida perto do contingente dos participantes.



Gráfico_ 6: Renda

No Gráfico 7, sobre o Estado Civil, 37 participantes declararam-se solteiros, 20 casados, 27 divorciado, 18 conviventes e 12 separados. O estado de viuvez não foi mencionado.

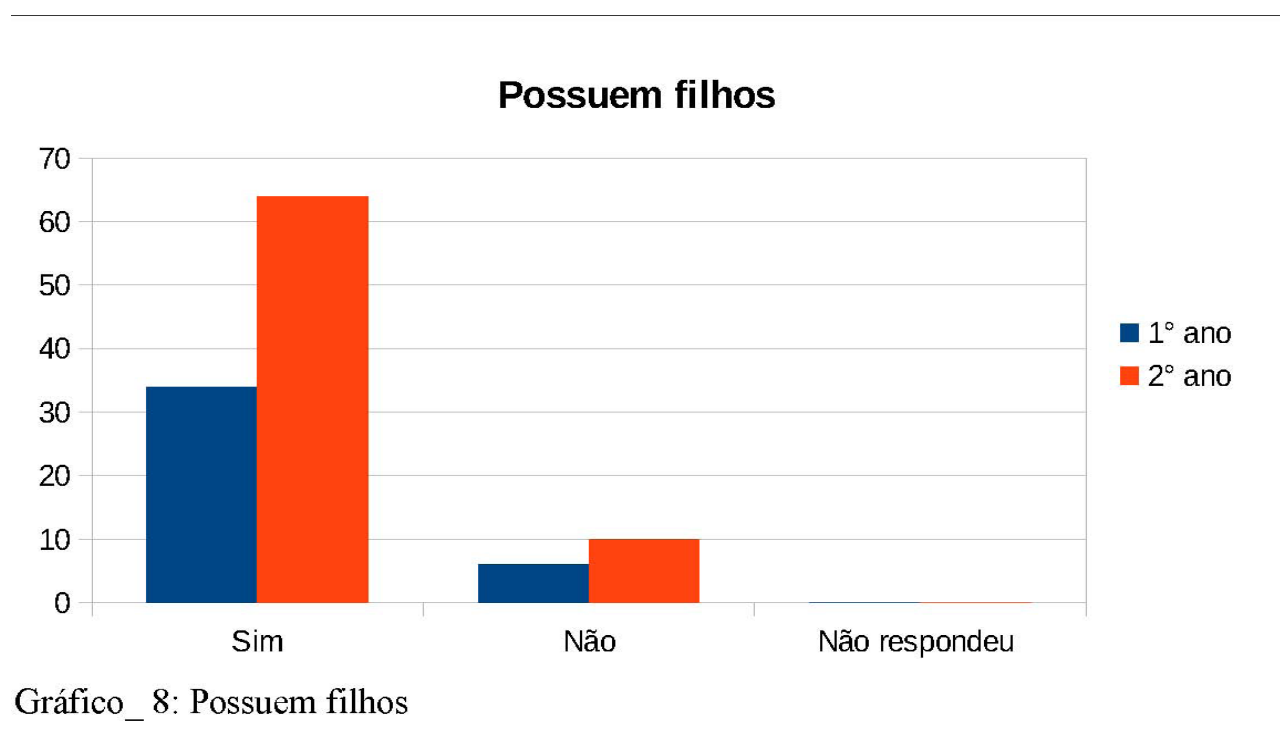


Gráfico_ 7: Estado Civil

Sobre a Paternidade, 98 homens responderam que sim e 16 dos homens responderam que não possuíam filhos, sendo que apenas 1 não respondeu o quesito.

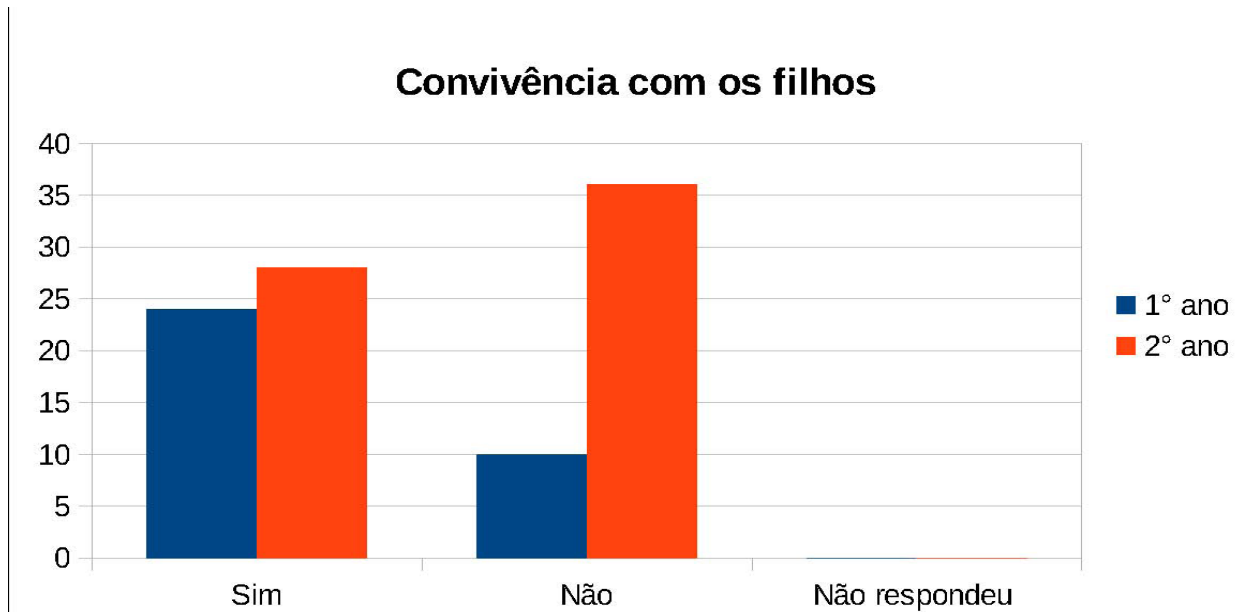
A paternidade é um dos temas debatidos no grupo reflexivo e tendem a facilitar a abertura inicial do homem. Conforme aponta Lattanzio e Barbosa (2013, p. 93), “tais intervenções visam diminuir a defesa, que não se limita à resistência inicial à participação no grupo, mas se relaciona fundamentalmente à defesa contra a alteridade”.

Outra reflexão importante é, a partir dos dados, pensar como estão os filhos dessas relações abusivas. É fundamental olhar para os filhos inseridos em contextos de violência doméstica, intervindo nessas realidades e evitando que as crianças sejam futuros perpetradores deste tipo de violência.



Quando questionados sobre a convivência com os filhos (Gráfico 9), 52 homens responderam que sim e 46 dos homens responderam que não conviviam. Percebe-se que no 2º ano, há mais participantes que não mantêm contato com os filhos, do que no 1º ano.

Assim, verifica-se em grande parte dos homens participantes do grupo, a fragilidade dos vínculos afetivos estabelecidos com sua prole.



Gráfico_9: Convivência com os filhos

Percepção acerca da violência

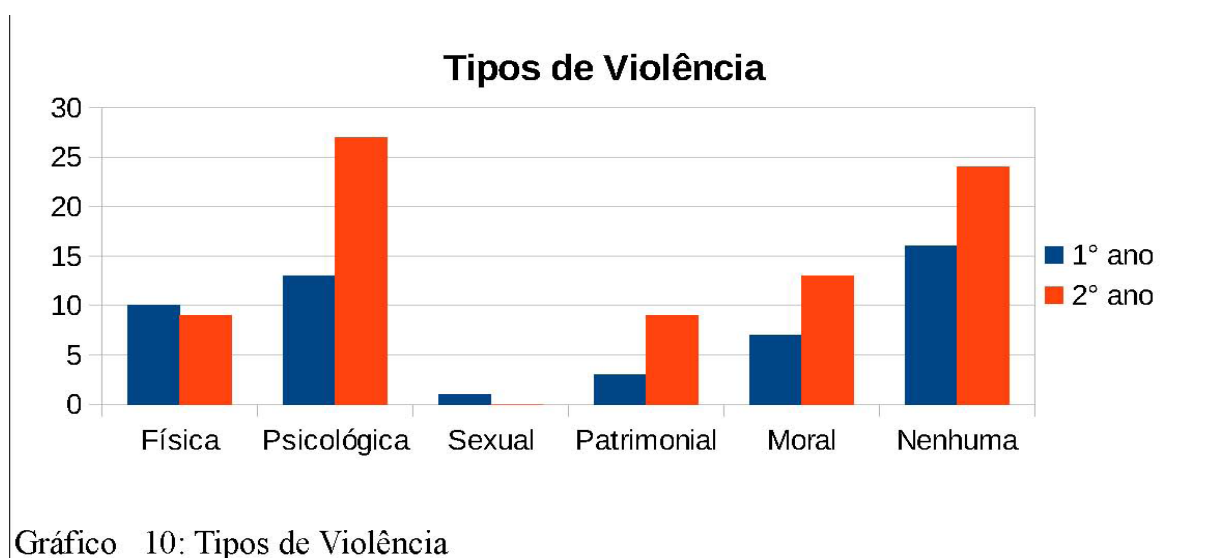
Foi perguntado aos homens qual (is) tipo (s) de violência eles acreditavam ter praticado contra as mulheres, quando foram encaminhados ao grupo reflexivo (Gráfico 10).

Destacou-se que dos 114 participantes, 40 acreditavam não terem praticado nenhum tipo de violência, 40 a violência psicológica, 20 a violência moral, 19 a violência física, 12 a violência patrimonial e 1 a violência sexual.

A dificuldade em se reconhecer perpetrador da violência se destacou no comparativo dos dois anos do programa. No total, 40 participantes consideraram não terem praticado nenhuma violência, ainda se colocando no papel de vitimizado.

Em contrapartida, nos dois anos do programa, houve maior reconhecimento da violência psicológica e no segundo ano, também o maior reconhecimento da violência moral, como práticas de violência doméstica, Reconhecer tais violências pode ser considerado um fator positivo, visto que, na maioria das vezes, ela é naturalizada e minimizada em nossa cultura.

Durante a prática na coordenação dos grupos, observaram-se as dificuldades dos homens compreenderem outros tipos de violência, além da violência física, sendo necessário estabelecer com eles novas conexões e percepções a partir dos relatos apresentados. Trata-se de um processo de desconstrução importante, porém, gradativo, que depende do quanto o sujeito está disposto a rever tais condutas.



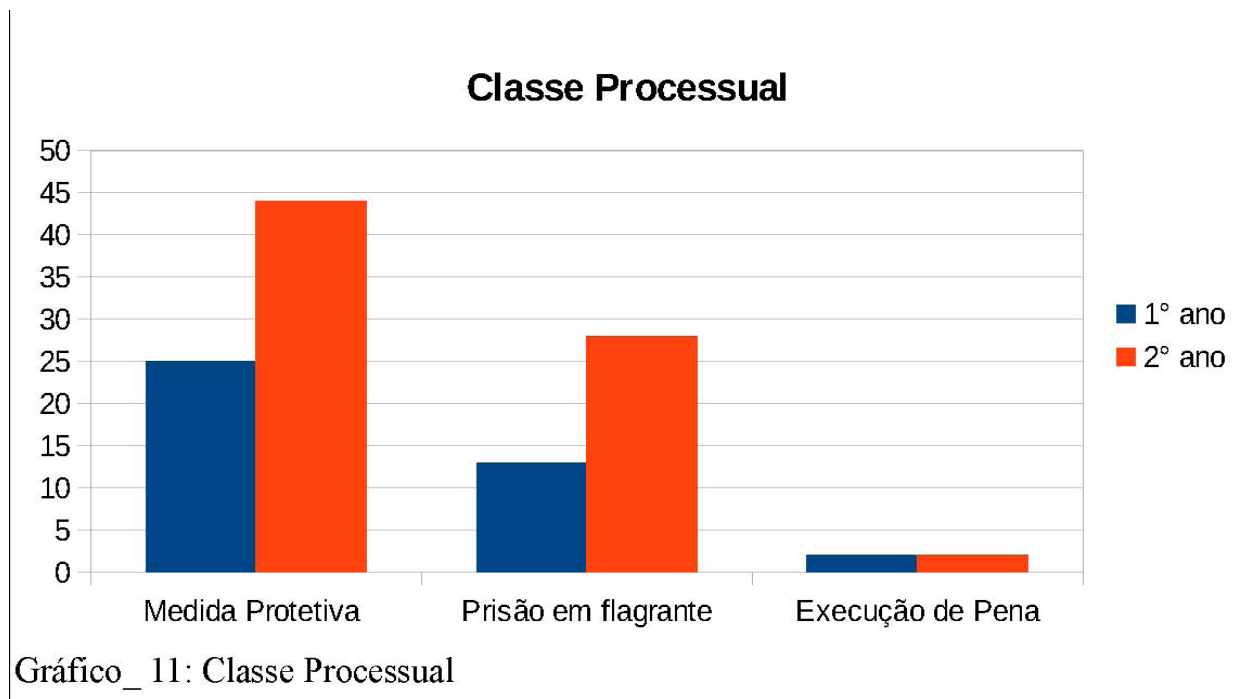
Gráfico_ 10: Tipos de Violência

Ação Judicial e perspectivas após a queixa/denúncia

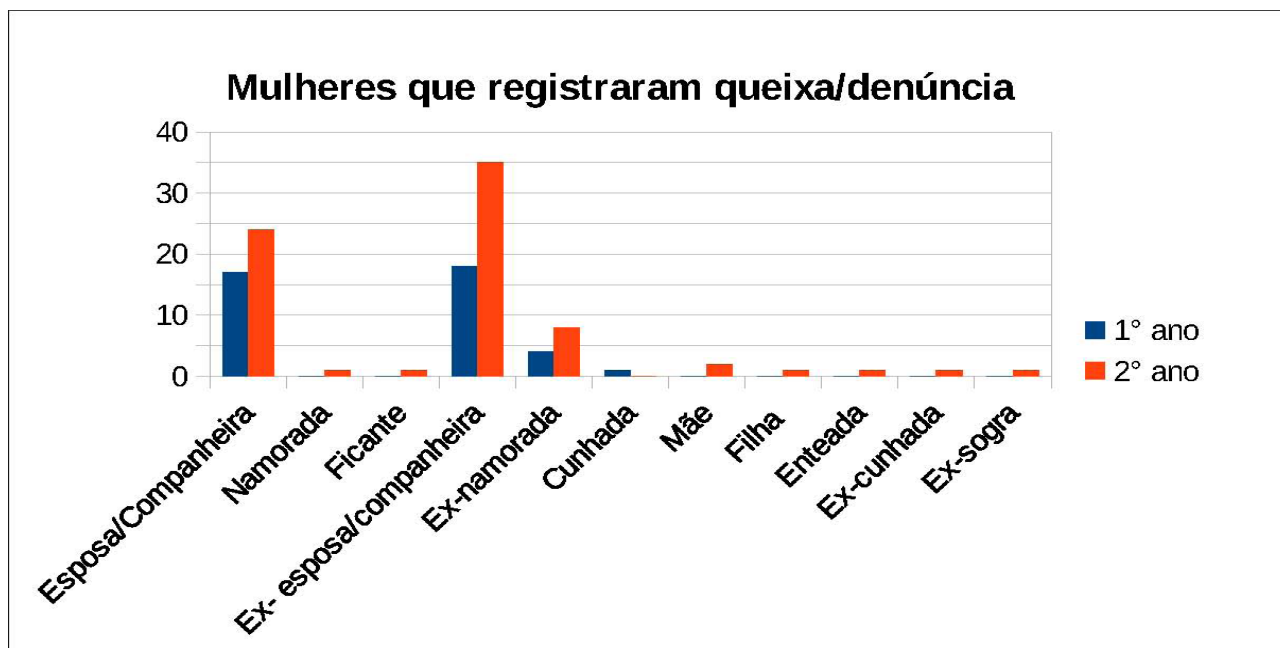
Nesse item, foram observados o tipo de classe da ação judicial que encaminhou o homem ao grupo, o vínculo que tinha com a vítima e se, após a queixa/denúncia, os participantes mantiveram contato com a parte e se haviam constituído novos relacionamentos afetivos.

Em relação à Classe Processual (Gráfico 11), 69 homens foram encaminhados nas Medidas Protetivas, 41 homens após Prisão em Flagrante e 4 homens cumprindo Execução de Pena.

Pontua-se que o quanto antes acontecer à participação dos homens nos grupos reflexivos após a prática de violência doméstica, melhor será a compreensão do fenômeno, a responsabilização do ato praticado e a redução de novas ocorrências de agressão por este homem.



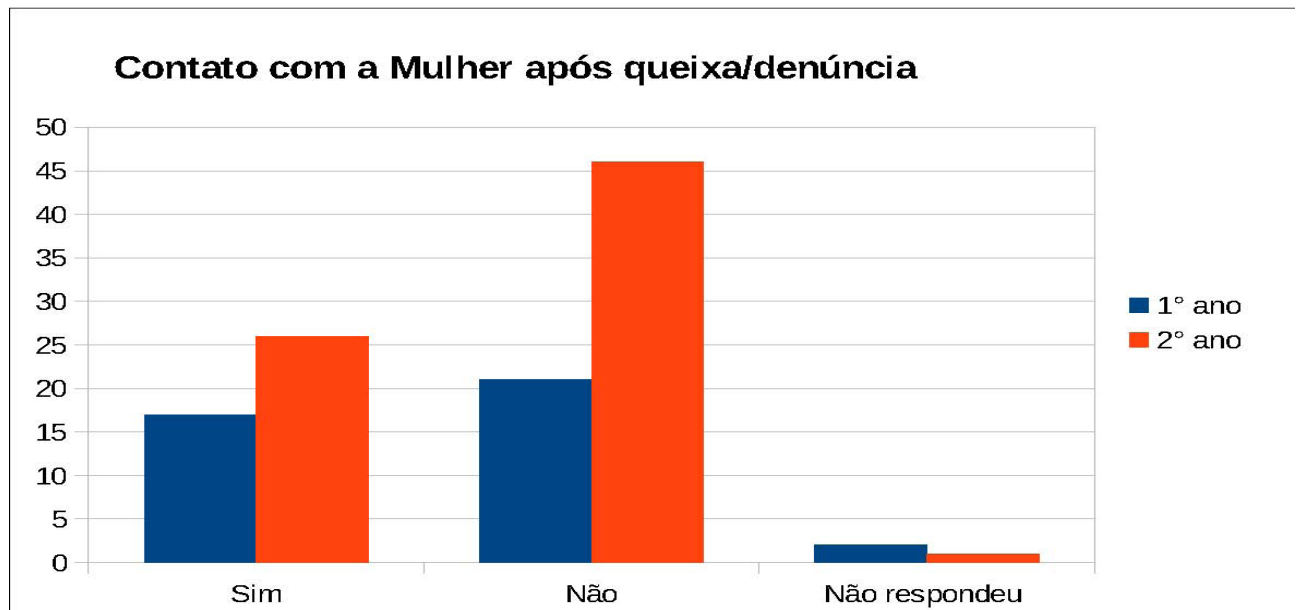
No Gráfico 12, levantando os dados das Mulheres que registraram queixa/denúncia e o vínculo existente com os participantes, observa-se que 108 homens praticaram violência contra atuais ou ex-esposas, companheiras, namoradas ou ficantes, isto é, em relações íntimas de afeto. Já 7 homens praticaram a violência contra mãe, cunhadas, filhas, enteadas, ex-cunhadas e ex-sogra; nesse caso em relações familiares.



Nesse panorama, é evidente o quanto as mulheres ainda estão muito vulneráveis e reféns daqueles por quem nutrem mais afeto.

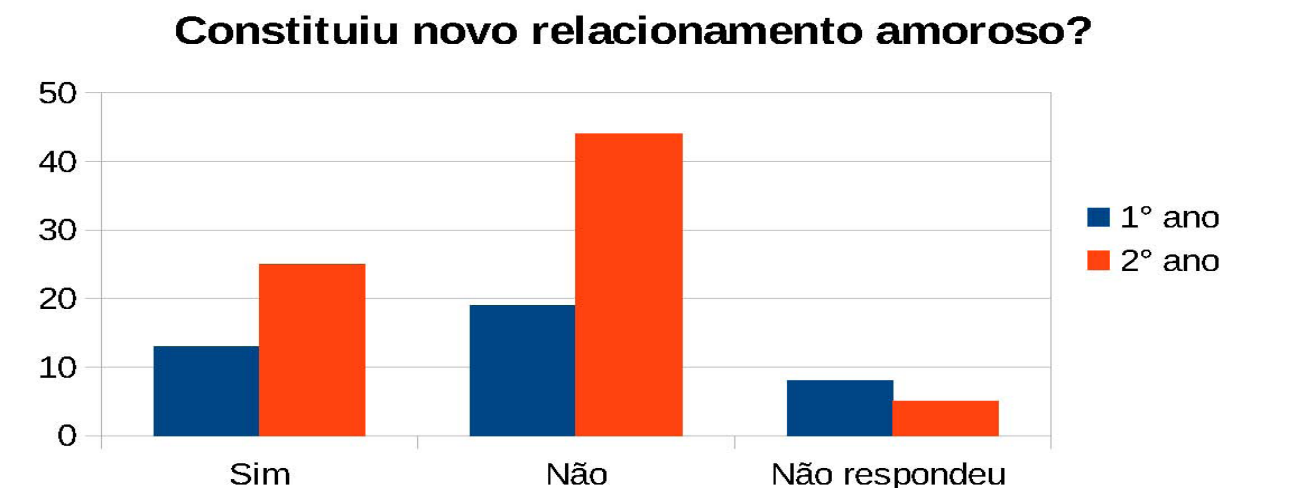
Os participantes também foram questionados se mantinham algum tipo de contato com a mulher após a queixa/denúncia (Gráfico 13), sendo que 67 homens relataram que não mantinham nenhum tipo de contato com a pessoa denunciante, já 43 afirmaram que mantinham contato e 3 não responderam este quesito.

Observa-se, assim, que 43 homens mantiveram contato com a parte denunciante, independente da revogação ou não das medidas protetivas; situações essas recorrentes devido ao ciclo da violência muitas vezes instalado.



Gráfico_ 13: Contato com a mulher após queixa/denúncia

Já quando perguntados se constituíram novos relacionamentos amorosos após o término do grupo, 63 homens responderam que Não, 38 homens responderam que Sim e 13 homens deixaram de responder o quesito.



Gráfico_ 14: Constituiu novo relacionamento?

Como se observa, muitos desses homens ou reataram o relacionamento amoroso ou iniciaram novas relações, sendo importantes as iniciativas de responsabilização e reflexão do ato logo após a prática da violência, evitando assim, o agravamento ou repetição dessas práticas.

Análise de Reincidência

Foi realizada consulta processual dos homens que concluíram o Programa Dialogando Igualdades, a fim de verificar a reincidência processual (Tabela 2).

Para o critério de reincidência foi considerado se houve nova comunicação de violência após a conclusão dos 16 encontros do grupo, seja pelo descumprimento da medida protetiva, seja por uma nova ação cautelar ou penal de violência doméstica ou no processo existente.

O período de acompanhamento processual será de até 2 anos para cada ex-integrante após o término dos encontros, considerando o período de reabilitação apresentado pelo Código Penal, art. 94 (conforme apontado em grupo de trabalho sobre Grupos Reflexivos realizado no FONAVID 2018).

Para a consulta processual, foi utilizado o Sistema de Automação da Justiça (SAJ) da comarca de Campo Grande e interior do Estado de Mato Grosso do Sul. A primeira consulta ocorreu em Abril/2019, com os 40 participantes que concluíram o 1º ano do Programa, tendo na época 4 reincidentes, computando 10 % de reincidência.

A segunda consulta aconteceu em Março/2020 com mais 74 novos participantes, totalizando 114 homens, nos dois anos do grupo. Observa-se na Tabela 2, o comparativo do percentual de reincidência do número de participantes no 1º e 2º ano do programa Dialogando Igualdades.

Tabela 2- Reincidência

1º ano – Período (Nov/2017 a Nov/2018)			
Data das Consultas (SAJ)	Nº participantes	Nº reincidentes	% de reincidência
Abril/2019	40	4	10
Março/2020	40	7	17,5
2º ano – Período (Dez/2018 a Dez/2019)			
Data das Consultas (SAJ)	Nº participantes	Nº reincidentes	% de reincidência
Março/2020	74	5	6,75
1º e 2º ano – Período (Nov/2017 a Dez/2019)			
Data das Consultas (SAJ)	Nº participantes	Nº reincidentes	% de reincidência
Março /2020	114	12	10,52

Assim, no levantamento atualizado dos 40 participantes do 1º ano, a reincidência de violência doméstica configurou-se em 17,5%. Já no 2º ano, com a primeira consulta dos 74 participantes, obtiveram-se 6,75%. Na somatória de todos os homens concluintes, nos dois anos do programa, resultou em 10,52% de reincidência.

Além da pesquisa processual, também foram realizadas duas reuniões de acompanhamento com ex-participantes, que concluíram o grupo há mais de 1 ano. Esses foram chamados a participarem de forma voluntária de uma dessas reuniões, obtendo-se assim, informações mais qualitativas de ex-participantes do grupo.

Ao todo, compareceram 12 homens que manifestaram sentimentos positivos em relação ao grupo, com necessidade de verbalizar como estavam, desde o término dos encontros, e o quanto o grupo contribui ou não para a mudança de conduta.

Dos 12 homens que compareceram as reuniões, 3 já estavam com suas companheiras antes de concluir o grupo reflexivo, 2 reataram o relacionamento com suas ex-companheiras após o grupo, 4 estavam solteiros, 2 iniciaram novos relacionamentos e 1 reincidiu na prática de violência contra a ex-companheira.

De forma geral, houve relatos de melhora conjugal, de abstenção de uso de álcool, de melhora na relação com os filhos e nas relações familiares.

Questionados quanto a busca de outros espaços de discussões ou acompanhamento psicológico, 2 verbalizaram freqüentar grupos de apoio, sendo um do AA e outro da Igreja. A maioria verbalizou não ter se inserido em outros coletivos.

Escalas e Inventário Aplicados

Foram utilizados os seguintes instrumentos, abaixo, para verificar como se encontra a percepção dos homens do grupo reflexivo em relação à concepção da masculinidade e ao sexismo ambivalente, após a participação nos 16 encontros. A aplicação da Desejabilidade Social foi utilizada para verificar a tendenciosidade nas respostas apresentadas.

Escala de Concepções da Masculinidade (ECM)

A Escala de Concepções da Masculinidade, desenvolvida por Oransky e Fisher (2009) e validada no Brasil por Guerra et al. (2014), possui uma versão reduzida composta por 16 itens que se dividem em três dimensões: Heterossexismo, Restrição emocional e Provocação social.

A dimensão Heterossexismo sugere que qualquer tipo de comportamento, por parte dos homens, que possa ser considerado feminino não é aceitável. Já a dimensão Restrição emocional, afirma que para o indivíduo ser considerado masculino, deve esconder suas emoções e não aparentar vulnerabilidade, enquanto que o fator denominado Provocação Social inclui itens que sugerem que brincadeiras e piadas que jovens rapazes fazem uns com os outros devem ser aceitas como parte do “ser homem” (Guerra et al., 2014).

Escala de Desejabilidade Social

A desejabilidade social pode ser entendida como uma propensão, por parte de participantes de pesquisas psicológicas a responderem de forma tendenciosa a perguntas apresentadas, por exemplo, em escalas de atitude ou em inventários de personalidade. Os participantes tenderiam a apresentar respostas consideradas mais aceitáveis ou aprovadas socialmente, e tenderiam, ainda, a negar sua associação pessoal com opiniões e comportamentos que seriam desaprovados socialmente (Anastasi & Urbina, 2000; Crowne & Marlowe, 1960; Krosnick, Markus & Zajonc, 1985).

Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA)

Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA) foi elaborado originalmente em língua inglesa (Glick & Fiske, 1996) e adaptado por Formiga, Gouveia e Santos (2002) para o contexto brasileiro. Esse instrumento é composto por 22 itens que avaliam os estereótipos assumidos por gênero (masculino e feminino) a respeito de duas dimensões do sexismo: hostil e benévolo.

O Sexismo denominado hostil evidencia “crenças e práticas típicas de pessoas que consideram as mulheres inferiores aos homens, bem como, refletindo antipatia e intolerância em relação ao seu papel como figura de poder e decisão”. Já o benévolo trata-se de “uma atitude positiva, aparentemente não preconceituosa em relação à mulher, porém descrevendo-a como pessoa frágil, necessitando de atenção, mas que também pode completar o homem.” (Formiga & cols, 2002, p. 106).

Resultados das escalas e inventário aplicados

Conforme o resultado da Escala de Concepção de Masculinidade (Tabela 3), dos 114 integrantes que concluíram o grupo:

- 48 homens não apresentaram nenhuma das dimensões acima da média;
- 44 apresentaram o quesito heterossexismo acima da média;
- 27 provocação social acima da média;
- 27 restrição emocional acima da média;
- 4 tiveram o questionário invalidado.

Lembrando que o mesmo participante pode ter apresentado mais de uma dimensão aumentada.

Tabela 3 – Escala de Concepção de Masculinidade

	Nº Homens / 1º ano	Nº Homens / 2º ano	Total
Heterossexismo (> média 16)	13	31	44
Provocação social (> média 8)	7	20	27
Restrição Emocional (> média 8)	7	20	27
Todas as Dimensões na Média	19	29	48
Questionários invalidados	2	2	4

Segundo o Inventário de Sexismo Ambivalente (Tabela 4), dos 114 integrantes:

- 91 homens apresentaram elevado nível de sexismo;
- 19 não apresentaram sexismo acima da média e;
- 4 tiveram o questionário invalidado.

Tabela 4 – Inventário de Sexismo Ambivalente

	Nº Homens / 1º ano	Nº Homens / 2º ano	Total
Sexismo Ambivalente Elevado (> 44)	31	60	91
Sexismo Ambivalente Média (<= 44)	7	12	19
Questionários invalidados	2	2	4

Em conformidade com a Escala de Desejabilidade Social (Tabela 5), dos 114 integrantes que finalizaram o grupo:

- 76 homens apresentaram respostas mais fidedignas;
- 34 homens apresentaram respostas com tendência a serem socialmente aceitos e;
- 4 tiveram os questionários invalidados.

Tabela 5 – Escala de Desejabilidade Social

	Nº Homens / 1º ano	Nº Homens / 2º ano	Total
Respostas fidedignas	23	53	76
Respostas tendenciosas	15	19	34
Questionários invalidados	2	2	4

Os dados comparativos demonstram que:

1) dos 15 homens que não apresentaram sexismo acima da média, as dimensões heterossexismo, provocação social e restrição emocional também não se mostraram elevadas;

2) Entretanto, 5 desses apresentaram respostas consideradas com tendência a serem socialmente aceitos, na escala de desejabilidade social;

3) Assim, somente 10 homens apresentaram resultados positivos em todos os três instrumentos utilizados.

Dados dos Parceiros

No ano de 2019, o Programa Dialogando Igualdades foi replicado em três cidades do interior do MS, através de parcerias com Universidades pública e privada e o Executivo Municipal.

As equipes foram capacitadas pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMS, e passaram a executar os grupos em suas localidades. O Juiz responsável pelas respectivas comarcas encaminha os homens, que devem participar dos 16 encontros determinados.

Abaixo, seguem os dados preliminares dos respectivos grupos, que até dezembro de 2019, totalizaram 84 homens encaminhados e 37 concluintes do grupo reflexivo.

Tabela 6 – Parceiros que replicam o Dialogando Igualdades (Dados até dezembro 2019) MS

Cidade	Órgão	Implantação	Encaminhados	Não iniciaram	Abandonaram	Concluíram
Paranaíba/MS	UEMS	Março/2019	63	12	14	37
Três Lagoas / MS	AEMS	Setembro/2019	8	2	2	Em andamento
Nova Andradina /MS	Secretaria Executiva de Políticas Públicas para a Mulher	Novembro/2019	13	3	3	Em andamento

Também foi realizada em 2019, a parceira com a Agepen - Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, para a execução de grupos reflexivos com homens monitorados eletronicamente. A implantação das reuniões ocorreu em fevereiro de 2020.

Até o momento, para a expansão dos grupos reflexivos, encontra-se em andamento o termo de cooperação com o Ministério Público Estadual, as prefeituras de Batayporã e Alcínópolis.

Considerações Finais

A violência doméstica é um fenômeno complexo e multifatorial que requer ações afirmativas do Estado, com mecanismos eficazes de controle, responsabilização e prevenção desses casos.

Durante os dois anos de funcionamento do Programa Dialogando Igualdades, pode-se observar evolução no trabalho desenvolvido, adequações e ajustes se fizeram pertinentes, sempre respeitando as particularidades de cada grupo e das duplas de coordenadores.

De forma geral, há a adesão dos homens que iniciam o grupo. Apesar de alguns não iniciarem o programa e das desistências existentes no decorrer dos encontros, observa-se ao final, um número importante de concluintes, 114 homens. A participação desses é positiva, existindo interação, coesão grupal e interesse em participar e refletir sobre os temas propostos, situação esta também observada nas reuniões de acompanhamento com ex-participantes, que foram realizadas no início de 2020.

Entretanto, apesar da adesão e das reflexões realizadas, ainda é um desafio para a maioria dos participantes o reconhecimento da violência praticada, visto que, ao final dos encontros, 40 homens ainda acreditavam não ter praticado nenhuma violência.

Dos dados sociais e econômicos levantados nos dois anos do programa, chamou a atenção o grupo etário de maior incidência, entre 29 e 50 anos. A escolaridade configurou entre o ensino médio e ensino fundamental, e a baixa remuneração dos participantes, a maioria recebendo de 1 a 2 salário-mínimo.

Longe de considerar a violência doméstica um problema associado à pobreza ou localizado em famílias de baixa renda, pode-se pensar que o público atendido pelas delegacias e que chegam aos programas do judiciário são, em sua maioria, de camadas economicamente mais baixas. Enquanto isso, outros públicos tendem a utilizar meios diferentes de resolução do problema devido ao receio da exposição social; mecanismos esses que não são garantia de interromper o ciclo de violência.

Quanto à religião, houve um número significativo de homens que se autodenominaram de religião cristã, trazendo à tona a discussão de até que ponto esses homens não se utilizam de crenças religiosas para reforçarem práticas de violência. É necessário, assim, também dialogar com grupos e instituições religiosas para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher, para que tais condutas não sejam naturalizadas em suas comunidades.

Outro dado importante, é que a maioria dos homens é encaminhada após aplicação das medidas protetivas às mulheres, o que, dentre outras ações, pode-se considerar uma resposta rápida do judiciário na intervenção da violência e tentativa de interromper o ciclo. Assim como na maioria dos casos, o vínculo com a vítima é decorrente de relações íntimas de afeto (atuais relacionamentos ou ex).

Quanto à aplicação dos inventários propostos - Concepção de Masculinidade e Sexismo Ambivalente - consideraram-se informações importantes quanto às percepções dos participantes, apresentando crenças ainda fortemente baseadas nos estereótipos de gênero, mesmo após as conclusões dos grupos.

Entende-se que o grupo reflexivo não promoverá mudanças repentinas e radicais nos participantes, pois falamos de padrões culturais patriarcais e comportamentos muitas vezes estruturantes para aquele indivíduo. Acredita-se, porém, que a partir de um espaço de diálogo e desconstrução de paradigmas, os homens possam entrar em contato com novos modelos de identificação, repensar suas condutas e, mesmo que gradativamente, modificar a forma como se relaciona socialmente.

O acompanhamento da análise de reincidência processual está em fase inicial, visto que, o programa ainda não possui a maioria de homens com mais de dois anos de conclusão do grupo. O grande desafio, contudo, é ampliar as estratégias dessa avaliação, indo além da processual, assegurando assim, melhores dados da eficácia dos grupos na interrupção do ciclo da violência.

Referências

Formiga, N. S; Golveia, V. V.; Santos, M. N. D. (2002). Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722002000100013&script=sci_abstract&tIng=es>. Acesso em: 08 abr. 2019.

Jarschel, H; Najari, C. C. (2008). Religião e violência simbólica contra as mulheres. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. ST62 – Direitos Humanos, Democracia e Violência.

Lattanzio, F. F. ; Barbosa, R. R (2013). Grupo de gênero nas intervenções com as violências masculinas: paradoxos da identidade, responsabilização e vias de abertura. In Lopes, P. V. L.; Leite, F. (2013). Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública. 1ª edição. ISER: Rio de Janeiro, 2013.

Ribas JR. R. de C.; Moura, M. L. S. D; Hutz, C. S. (2004). Adaptação brasileira da Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712004000200003>. Acesso em: 08 abr. 2019.

Silva, A. C. L. G. D.; Coelho, E. B. S.; Moretti-Pires, R. O. (2014). O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. Rev Panam Salud Publica. 35 (4): 278-83.

